

Relatório de atividades 2005



Prezado associado

Em 2005, as atividades desenvolvidas pelo Idec seguiram o rumo traçado pelo plano de auto-sustentação de 2003 e de profissionalização da entidade, com o aperfeiçoamento de sua capacidade gerencial.

Além disso, durante 2005, buscando atender à diretriz de otimizar as ações e obter melhores resultados e maiores impactos nos temas trabalhados pelo Idec, foi elaborada e aplicada uma metodologia, com a participação dos conselheiros do Conselho Diretor, do Conselho Consultivo e de associados, que define quais são os temas prioritários para a organização desenvolver e testar uma nova forma de trabalho, que estabelece e implementa:

- O foco sob o qual os temas devem ser trabalhados;
- Os objetivos políticos em relação aos temas;
- Os planos de trabalho em cada tema priorizado;
- A forma de avaliação dos impactos das ações desenvolvidas sobre o tema.

Os temas identificados como prioritários foram: telefonia, saúde, alimentos, serviços financeiros e água/saneamento. Consumo sustentável, responsabilidade social empresarial e acordos internacionais de comércio também foram definidos como temas transversais prioritários. Evidentemente isso não significa que os demais assuntos não serão tratados pelo Idec, especialmente no que se refere à informação, orientação e defesa dos interesses dos consumidores e dos nossos associados.

Gostaríamos de compartilhar com você este balanço das atividades desenvolvidas pelo Idec em 2005, que reafirmam a missão de promover a educação, a conscientização, a defesa dos direitos e a ética nas relações de consumo.

Aproveitamos para agradecer o seu apoio. É a sua associação que permite a firme atuação do Idec na defesa do consumidor!

Muito obrigada!

Marilena Lazzarini
Coordenadora Institucional

Marcos Pó
Coordenador Executivo

Relatório de atividades 2005

Principais atividades realizadas em 2005

Em 2005, trabalhamos para melhorar a qualidade de produtos e serviços e para promover e monitorar políticas públicas que afetam todos os consumidores brasileiros.

Qualidade de produtos e serviços

A Base de Informação realizou **seis testes** (água no frango congelado, peixe congelado, tábuas de passar, potes plásticos, SAC, papel higiênico) e **quinze pesquisas** sobre qualidade de produtos e serviços, incluindo uma sobre merchandising.

Água no frango congelado

Teste revelou que o consumidor estava sendo enganado, comprando água a preço de frango congelado e que o Ministério da Agricultura (MAPA) omitia a **divulgação** das empresas infratoras flagradas em sua fiscalização. Como consequência, o Ministério Público Federal abriu um processo para apurar o caso e o MAPA divulgou os nomes das empresas infratoras e intensificou a fiscalização sobre o problema.

Água no peixe congelado

Teste em peixe congelado revelou que o peso da água pode representar até **43,1%** do peso total do alimento. A repercussão foi grande e o governo federal promoveu reunião para discutir a elaboração de normas sobre o tema.

Agrotóxicos

Lançamento da campanha "**Chega de veneno na nossa comida!**", pedindo a rejeição da proposta de flexibilização da importação de agrotóxicos do Mercosul.

Avaliação dos últimos resultados divulgados pela Anvisa sobre a **contaminação de alimentos por agrotóxicos**. Há altos níveis de contaminação em várias culturas.

Reivindicação junto à Anvisa da proibição do **Aldicarb**, com o qual se faz o perigoso raticida "**chumbinho**", que tem causado muitas mortes no Brasil.

Substância cancerígena

O Idec e a Procuradoria da República no Estado de São Paulo conseguiram liminar em ação civil pública contra o Ministério da Agricultura, pedindo a proibição da produção, comercialização e utilização da substância química denominada **carbadox**, um antimicrobiano utilizado nas rações de suínos para ajudar na engorda dos animais e prevenir disenteria. É a segunda substância cancerígena usada em rações, em dois anos, que o Idec consegue proibir.

Gorduras trans

Anúncio pela **Unilever Bestfoods**, uma das principais empresas fabricantes de alimentos, da retirada das gorduras trans de três marcas de margarinas. Logo em seguida, a **Sadia** fez o mesmo. Em 2004, quatro meses antes desse fato, teste realizado pelo Idec encontrou altos índices de gorduras trans nas margarinas, o que nos levou a reivindicar medidas junto às empresas e à ANVISA.

Orgânicos

Promoção da **Mesa-redonda "As Novas Normas da Agricultura Orgânica"** para discutir as normas que disciplinarão esse tipo de atividade e sua relação com o consumidor, entre elas a produção e comercialização, a informação da qualidade, os mecanismos de controle e certificação, a fiscalização a infrações e as sanções e penalidades.

Transgênicos

Representação contra a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação – ABIA junto ao Ministério Público Federal, em razão da declaração do diretor jurídico daquela entidade de que as empresas não cumprem deliberadamente o decreto de rotulagem porque não aceitam as suas regras. A representação resultou na abertura de um **inquérito policial** para averiguar as responsabilidades da ABIA.

Participação da elaboração da posição brasileira apresentada no encontro do Comitê de Rotulagem do Codex Alimentarius, em maio, na Malásia, sobre **rotulagem de transgênicos**. O Brasil se posicionou, segundo o definido, pela aprovação da norma em discussão. Essa atuação do Idec somou-se a uma campanha coordenada pela Consumers International em nível mundial.

Representação à Procuradoria Geral da República, questionando a constitucionalidade da Lei de Biossegurança (11.105), de 24/3/2005. A Procuradoria acatou o pedido do Idec e impetrou **ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade**.

Representação junto ao Ministério Público Federal e manifestação pedindo providências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Ministério da Agricultura e do Ministério da Justiça, contra as empresas **Bunge e Cargill**, em consequência da denúncia feita pelo **Greenpeace**, de que soja transgênica estava sendo utilizada pelas empresas para fabricação de alimentos, sem que as mesmas os rotulassem de acordo com a lei.

Participação como observador da **Segunda Reunião das Partes do Protocolo de Biossegurança (COP-MOP-2)**, realizada em Montreal, no Canadá. Na oportunidade, a representante do Idec, Marijane Lisboa, denunciou o posicionamento da delegação brasileira na reunião, que se recusava a apoiar a proposta favorável à indicação clara e adequada nos carregamentos de produtos transgênicos para exportação.

Representação, em conjunto com outras organizações sociais, junto ao Ministério Público Federal para que os órgãos responsáveis atuem na repressão da entrada ilegal no Brasil de **milho transgênico** para plantio.

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **Queremos a rotulagem dos transgênicos!**

Planos de Saúde

Promoção do **Seminário "Planos de Saúde e os Consumidores"**, no dia 21 de julho, na Faculdade de Saúde Pública da USP. O evento recebeu 150 participantes, entre eles associados do Idec e representantes da ANS, PROCON, IPEA, DPDC/MJ, entre outros órgãos.

Lançamento da cartilha sobre planos de saúde, a primeira da série **"Defenda-se On-line"**, trazendo respostas para dezenas de dúvidas dos consumidores a respeito dos planos e seguros-saúde.

Liminar contra a **Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS** – e as operadoras **Sul América, Bradesco Saúde, Golden Cross, Amil e Itaúseg** em Ação Civil Pública, movida em conjunto com o Ministério Público Federal – SP para que fossem considerados nulos os Termos de Compromisso que assinaram visando permitir a cobrança de resíduos ao reajuste anual previsto para o período 2004/2005. Essa liminar foi suspensa até apreciação de semelhança com ação de Pernambuco.

Liminar e sentença em 1ª instância nas ações contra a **AMIL e OMINT**, respectivamente, reconhecendo o percentual de 11,75% e 11,69% como o reajuste a ser aplicado em 2004 e 2005, respectivamente.

Decisão definitiva contra a Golden Cross no STJ limitando aumentos por faixa etária a 20% por faixa. (43 pessoas já se beneficiam da decisão);

Sentença procedente contra a empresa São Cristóvão, em outubro de 2005, por reajuste abusivo, determinando que as mensalidades fossem recalculadas e as diferenças relativas a julho/2004, devolvidas.

Representação junto ao Ministério Público Federal por **improbidade administrativa** contra os dirigentes da ANS e SDE/MJ por tendências e desvios de conduta em relação aos planos de saúde.

Orientação e a disseminação de informações por meio de inúmeras entrevistas, mutirão, atendimento pessoal e por telefone e posicionamento através do site do Idec.

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **"Contra os aumentos abusivos dos Planos de Saúde!"**.



Medicamentos

Elaboração da **Cartilha de Medicamentos**, que se encontra em revisão pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – Cremesp, que apóia a sua publicação. O lançamento da cartilha estava previsto para 2006.

Realização da **Mesa-redonda "As Novas Regras para o Funcionamento de Farmácias de Manipulação e o Consumidor"**, para debater a proposta da Anvisa de Regulamento Técnico para esses estabelecimentos.

Encaminhamento ao Ministério Público de dezenas de manifestações de consumidores sobre a retirada sem justificativa do mercado do medicamento **Maliasin**, da Abbott Ltda, recomendado para convulsões.

Devido ao aumento dado pela Câmara de Regulação do Mercado, que atingiu mais de 13 mil medicamentos, o Idec repetiu, em março, o **levantamento** realizado em 2004 com seis medicamentos de amplo consumo nas farmácias, revelando grande diferença (de até 247%) entre os medicamentos genéricos e os de referência. Cobramos do governo melhor controle de preços desses produtos.

Realização de mesa redonda **"Os consumidores e a venda fracionada de medicamentos"** para discutir a problemática que envolve o fracionamento de medicamentos no Brasil. Sobre o mesmo assunto, a entidade também participou da audiência pública na Anvisa.



Medicamentos para AIDS

O Idec, o Ministério Público Federal e as organizações não governamentais Conectas - Direitos Humanos, ABIA, GIV, Grupo Pela Vidua/SP, GAP/SP e GESTOS ajuizaram ação civil pública visando o licenciamento compulsório do medicamento antiretroviral Kaletra.

Seminários de Saúde

O Idec, em conjunto com o Centro Colaborador em Vigilância Sanitária (**Cecovisa/USP**), realizou a série de seminários **"Olhares sobre a Saúde"**, que teve como objetivo abrir o espaço público da academia para reflexões sobre temas que afetam o cotidiano do cidadão brasileiro. Os temas abordados foram: Saúde: Responsabilidade do Estado; Controle social e qualidade em saúde; Ética e saúde: novas tecnologias; Patentes: um desafio ético a ser enfrentado no mundo globalizado.

Bancos

Recuperação de R\$ 2.065.000,00 para grupos de poupadores com as ações judiciais. Com esse valor de 2005, até a presente data, o Idec já recuperou R\$ 18.335.000,00 para cerca de 762 associados.

Decisão inédita e histórica conquistada pelo IDEC na ação civil pública contra o Banco do Brasil, mediante recurso de agravo à decisão do Juiz, conseguindo realizar a execução no Foro de São Paulo.

Nove execuções foram ajuizadas contra bancos relativos aos processos de recuperação das perdas com poupanças do Plano Verão, envolvendo 912 pessoas e 1.972 contas. Até a presente data, somando-se todas as ações coletivas, já demos início à execução de 5.327 contas-poupança, para 2.723 associados, no total de mais de R\$ 110 milhões.

Divulgação da 2ª cartilha da série **"Defenda-se on-line sobre Bancos"**. Elaborada com a colaboração dos consumidores que enviaram seus questionamentos sobre tarifas, empréstimos e outros serviços prestados pelos bancos.

Ato público, em conjunto com o Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e região, contra a ADIn dos bancos no centro de São Paulo

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **"Pelo respeito ao Código de Defesa do Consumidor!"** contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) nº 2.591 movida pelo Conselho Nacional do Sistema Financeiro (Consif), que busca excluir os bancos da incidência da aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e está em fase de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), pois essa é hoje uma das maiores ameaças aos direitos consagrados pelo CDC.

Telefonia

Continuidade do **Caladão**, campanha do site que já passou da marca dos **20 mil e-mails** enviados por consumidores às autoridades, e da lide judicial pelo fim da assinatura básica mensal.

Instalação pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados da **comissão especial** que vai analisar o projeto de lei que acaba com a assinatura básica nos contratos de telefonia fixa.

Lançamento do **Defenda-se On-line – Telefonia**, um guia elaborado com a colaboração de consumidores que enviaram seus questionamentos para o Idec.

Encaminhamento de propostas para a **Consulta Pública** da Anatel sobre as novas normas de telefonia fixa a serem estabelecidas em 2005, com vigência de 20 anos.

Realização de um **seminário** em conjunto com o Procon-SP sobre a citada consulta pública.

Ação Civil Pública contra a Anatel, pois, apesar das propostas do Idec, a nova regulamentação da telefonia fixa a ser aprovada apresenta diversos aspectos prejudiciais aos consumidores.

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **"Pelo fim da cobrança da assinatura de telefonia"**.



Energia Elétrica

Sentença da 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo considerando procedente a demanda da ação civil pública do Idec contra o Município de São Paulo, que visa inibir a cobrança da Contribuição para o **Custeio do Serviço de Iluminação Pública** (Cosip). Entretanto, a Justiça determinou que a sentença não produza efeitos até o julgamento final da ação, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, de modo que, por enquanto, a Cosip continua a ser cobrada.

Posicionamento contra o repasse da **"taxa do poste"**, a ser criada pela Prefeitura de São Paulo, para os consumidores atendidos pela Eletropaulo.

Água e Saneamento

Publicação do **Decreto 5440/05**, que obriga as empresas de saneamento a informarem a **qualidade da água de abastecimento** aos consumidores. A partir de 15 de março de 2006, todas as contas de águas deverão trazer informações sobre a qualidade do produto – desde sua origem até quando chega à casa do consumidor.

Várias atividades de representação pela aprovação do projeto de lei que trata das **"Diretrizes para os Serviços Públicos de Saneamento Básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental"** foram apoiadas pelo Idec, que lançou uma campanha em seu site para envio de mensagens aos parlamentares.

Lançamento, junto com a Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA), de **manifesto** reivindicando a retomada do financiamento e a adoção de uma política consistente para o setor.

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **"Saneamento: um direito de todos"**.



Tabaco

Participação como **"amicus curiae"** ao lado das entidades que questionavam a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) da Lei 9294/96, movida pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A lei buscava restringir a publicidade de produtos derivados do tabaco.

Ratificação pelo Senado da **Convenção-Quadro** para Controle do Tabaco da Organização das Nações Unidas. O texto segue agora para apreciação do presidente Lula, que já se manifestou favoravelmente ao tratado. Desde 2004, o Idec mantém uma campanha no seu site a favor da aprovação da convenção e apóia a campanha das entidades da Rede Tabaco Zero nesse sentido.

Merchandising

Após pesquisa em conjunto com o Instituto Patrícia Galvão, sobre merchandising de produtos de estética e saúde nos programas femininos exibidos na TV, o Idec fez um **comunicado** às emissoras de televisão - Rede Globo, TV Gazeta, Rede TV, SBT, Rede Record e Televisão Bandeirantes -, solicitando inserção do dizer **"Informe Publicitário"** nos merchandising por elas veiculados. A Rede TV chegou a adotar a medida, mas recuou meses depois. Acionamos o Ministério Público, o Conar e o DPDC/MJ.

PEC 358

Campanha de e-mails de consumidores para os deputados pedindo a rejeição da PEC 358, que transfere ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) a competência para definir a **abrangência** das ações civis públicas (ACPs). Artigo assinado por Marilena Lazzarini e Vidal Serrano Jr. foi publicado na Folha de São Paulo, tratando do assunto.

Responsabilidade Social Empresarial

O Idec foi indicado pela ABNT para ocupar a cadeira de consumidores do Brasil no Grupo de Trabalho da **ISO para elaboração de uma norma de Responsabilidade Social**. Os trabalhos desse grupo, iniciados em 2005, devem se estender até 2008.

O Idec e entidades parceiras questionaram o **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)**, lançado pela Bovespa, que previa na consulta que empresas que colocam no mercado produtos e serviços socialmente nocivos, dentre eles bebidas alcoólicas, tabaco e armas, possam

ser consideradas socialmente responsáveis. Possivelmente por isso, os organizadores do ISE decidiram excluir a **AMBEV** e a **Souza Cruz** da seleção este ano.

Consumo Sustentável

O Idec desenvolveu em **Curitiba** e **Santo André** a Capacitação sobre Consumo Sustentável para os professores de ensino fundamental das escolas municipais, com apoio do Fundo Federal de Direitos Difusos. O objetivo do projeto foi capacitar professores a educar seus alunos sobre os impactos sociais e ambientais dos hábitos de consumo, trabalhando com o conceito de consumo sustentável. Ao todo, o projeto atingiu 232 escolas nos dois municípios, com 404 professores capacitados e uma estimativa de se atingir 12.120 alunos diretamente e 113.683 alunos indiretamente (número de alunos das duas redes).

No Portal do Idec na internet, mantivemos a campanha **Queremos o banimento do amianto**, pois o amianto (asbesto) é um risco à saúde dos trabalhadores e consumidores, causando inúmeras doenças pulmonares, inclusive câncer.

SFH

Sentença de primeira instância que julgou o pedido do Idec parcialmente procedente, em ação contra a **Caixa Econômica Federal, SFH e treze bancos**, determinando a aplicação, para o reajuste do saldo devedor, do PES – Plano de Equivalência Salarial – nos contratos onde se previa essa possibilidade. Proibiu, também, os leilões extrajudiciais.

Eventos do movimento dos consumidores

XI Enedec – Encontro Nacional de Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor, em Brasília-DF, junho de 2005.

VIII Conferência Regional da Consumers International, Santo Domingo, República Dominicana, setembro de 2005.

Representação dos interesses dos consumidores

Técnicos do Idec participaram de 89 reuniões em comissões técnicas, 15 reuniões em fóruns de regulação e 10 reuniões em frentes de atuação em políticas públicas.

O Idec atualmente participa das seguintes redes, campanhas, comitês e conselhos:

Redes e campanhas

- Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental;
- Campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”;
- Rede IBFAN para Alimentação Infantil;
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS);
- Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG);
- Rede Brasileira para Integração dos Povos (REBRIP);
- Global Call Against Poverty (GCAP);
- Rede Tabaco Zero;
- Red Puentes (visão da sociedade civil sobre responsabilidade social empresarial).

Comitês/conselhos:

- Comitê do Codex Alimentarius do Brasil;

- Comissão Permanente de Consumidores do Conmetro;
 - Conselho Federal do Fundo Federal de Direitos Difusos;
 - Comitê Brasileiro de Acreditação e Certificação/Inmetro;
 - Conmetro – Conselho Nacional de Normalização, Metrologia e Qualidade Industrial;
 - ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas / Grupo de Trabalho da ISO
- responsabilidade social;
- Conselho Consultivo da Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
 - Câmaras Setoriais da Anvisa;
 - Comissão do Selo Ruído;
 - Comissão de Eficiência Energética – PROCEL;
 - Comissão Técnica de Preservativos – Inmetro;
 - Grupo Interinstitucional de Estudos Sobre Fraude em Pescados Congelados Mapa/DIPOA.

Consultas Públicas

Foram enviadas dezenas de solicitações e sugestões para as seguintes consultas públicas:

- Proposta de Resolução que dispõe sobre os Procedimentos Para a Avaliação de Segurança, Para o Consumo Humano, de Alimentos Transgênicos ou alimentos contendo ou consistindo de produtos derivados de animais alimentados com OGM ou produtos derivados deles – Anvisa.
- Proposta de Resolução que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Higiénico-Sanitários para Comercialização de Alimentos e Bebidas Preparados à Base de Vegetais – Anvisa.
- Proposta de Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em farmácias – Anvisa.
- Regulamento Técnico do uso de talidomida – Anvisa.
- Método de cálculo do fator X de telefonia fixa – Anatel.
- Alteração do regulamento de telefonia fixa – Anatel.
- Telefonia fixa: conversão de tarifação local de pulsos para minutos – Anatel.
- Regras de tarifação de telefonia fixa – Anatel.
- Índice de reajuste anula de telefonia fixa – IST – Anatel.
- Alteração do regulamento de telefonia móvel – Anatel.

Publicações

Em 2005 foram elaboradas as seguintes publicações impressas e/ou online:

- OMC: o que isto tem a ver com você (impresso e online)
- Revisão do Guia de Planos de Saúde (aguardando impressão)
- Cartilha de Medicamentos (aguardando impressão)
- Defenda-se Bancos (online)
- Defenda-se Telefonia (online)
- Defenda-se Planos de Saúde (online)

Melhor atendimento para os associados

Para melhorar o atendimento para os associados, aumentamos o número de atendentes do **Serviço de Orientação (SO)** de oito para dez. Em 2005, o SO realizou **19.993 atendimentos**.

Os principais temas consultados no Serviço de Orientação foram:

Planos de saúde	29,6
Telefonia (fixa e celular)	13,5
Produtos em geral	8,9
Serviços em geral	7,5
Bancos	6,7
demais	33,8

O número de sete atendentes do **Serviço de Atendimento Administrativo (SA)** foi mantido. Em 2005, o SA fez **40.158 atendimentos**.

Em 2005, investimos bastante na atualização da base de conhecimento, utilizada pelo Serviço de Orientação, com conteúdos de orientação jurídica, e que compõe a Auto-consulta dos associados pela internet: são cerca de 40 grandes temas, que se subdividem em mais de 860 assuntos específicos, com mais de 200 modelos de carta para ajudar os associados na luta pelos direitos do consumidor.

Principais números do Portal do Idec na internet

O número médio de visitas diárias ao site do Idec aumentou em 55% em relação a 2004, passando de uma média de 3.430 visitantes únicos por dia para 5.310. Além disso, após um pico em maio, a visitação subiu e se manteve em torno de 7.000 visitantes diários.

Inscritos no **Boletim do Idec** (eletrônico semanal):

- maio 2004: 12.000
- dezembro 2005: 45.000

O Idec na imprensa

Em 2005, o Idec concedeu 1.308 entrevistas para jornais impressos, TV, rádios e revistas.

Balanco Social do Idec – formato IBASE

Pela primeira vez, o Idec publica o Balanço Social (formato Ibase). A idéia principal dessa ferramenta é aprimorar as práticas de transparência das organizações. Ao adotar esse modelo, mesmo sabendo que ainda tem muito a ser feito, o Idec exercita novas formas de atuação, buscando aperfeiçoamento contínuo, para tornar a organização mais transparente. O exercício de fazer o balanço social representou uma oportunidade de melhorar a gestão do Idec, uma vez que nos colocou a tarefa de definir metas em relação à diversidade de funcionários(as), o grau de democracia e participação interna etc. Após uma tentativa, concluímos que precisamos desenvolver uma metodologia mais consistente para definição de metas. Vale explicar, também, que a diferença entre o salário médio de mulheres e homens é decorrente da desproporção entre números de homens e mulheres nos diferentes níveis hierárquicos. Dentro do mesmo nível hierárquico, os salários de ambos os gêneros são compatíveis. Esse é um primeiro passo. Esperamos que no próximo ano o Balanço Social do Idec seja ainda melhor.

Balanço Social do Idec – formato IBASE

1 - Identificação						
Nome da instituição: Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC		Tipo/categoria (conforme instruções): organização de consumidores				
Natureza jurídica: <input checked="" type="checkbox"/> associação <input type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		Isenta da cota patronal do INSS? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não				
Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEAS)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não		Possui registro no: <input type="checkbox"/> CNAS <input type="checkbox"/> CEAS <input type="checkbox"/> CMAS				
De utilidade pública? <input checked="" type="checkbox"/> não Se sim, <input type="checkbox"/> federal <input type="checkbox"/> estadual <input type="checkbox"/> municipal		Classificada como OSCIP (lei 9790/99)? <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não				
2 - Origem dos recursos	2005 Valor (mil reais)		2004 Valor (mil reais)			
Receitas Totais	3.921	100%	5.904	100%		
a. Recursos governamentais (convênios - projetos)	108	3%	210	4%		
b. Doações de pessoas jurídicas	0	0%	0	0%		
c. Doações de pessoas físicas	0	0%	0	0%		
d. Contribuições	2.705	69%	2.456	42%		
e. Patrocínios	0	0%	0	0%		
f. Cooperação internacional (projetos)	935	24%	868	15%		
g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos	45	1%	45	1%		
h. Outras receitas* Em 2004 = quitação de empréstimo FINEP	129	3%	2.326	39%		
3 - Aplicação dos recursos	2005 Valor (mil reais)		2004 Valor (mil reais)			
Despesas Totais	4.426	100%	3.745	100%		
a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal)	1.373	31%	1.396	37%		
b. Pessoal (salários + benefícios + encargos)	1.343	30%	890	24%		
c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo)	1.711	39%	1.460	39%		
Operacionais	1.489	87%	1.341	92%		
Impostos e taxas	13	1%	12	1%		
Financeiras	62	4%	68	3%		
Capital (máquinas + instalações + equipamentos)	147	9%	60	4%		
Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância)	0	0%	0	0%		
4 - Indicadores sociais internos benéficos para os(as) funcionários(as)	(Ações e	2005 Valor (mil reais)	% sobre receita	2004 Valor (mil reais)	% sobre receita	metas 2006
a. Alimentação		0	0%	0	0%	ND
b. Educação		21	1%	18	0%	ND
c. Capacitação e deenvolvimento profissional		37	1%	0	0%	ND
d. Creche ou auxílio-creche		0	0%	0	0%	ND
e. Saúde		1	0%	0	0%	ND
f. Segurança e medicina no trabalho		5	0%	4	0%	ND
g. Transporte		39	1%	23	0%	ND
h. Bolsas/estágios		111	3%	105	2%	ND
i. Outros		0	0%	0	0%	ND
Total - Indicadores sociais internos		214	5%	150	3%	ND
5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade benéficos para os(as) funcionários(as)	(Ações e programas aqui listados são exemplos, ver instrução)	2005 Valor (mil reais)	% sobre receita	2004 Valor (mil reais)	% sobre receita	metas 2006
a. Ações judiciais em defesa de direitos de consumidores, associados ou não ao Idec (ver resultados das ações judiciais no Relatório de Atividades do Idec)		R\$ 345	9%	R\$ 324	5%	ND
		Nº pessoas beneficiadas: 181		Nº pessoas beneficiadas: 14		ND
b. Orientação e disponibilização de informações - Revista do Idec		R\$ 348	9%	R\$ 339	6%	ND
		Nº pessoas beneficiadas: 14.000		Nº pessoas beneficiadas: 14.000		ND
c. Orientação e disponibilização de informações - Portal do Idec na Internet E Boletim do Idec (eletrônico)		R\$ 57	1%	R\$ 57	1%	ND
		Média diária de page-views: 18.813 Boletim: 45.000		Média diária de page-views: 18.217 Boletim: 27.000		ND
d. Apoio à redes públicas de ensino - formação de professores em consumo sustentável		R\$ 142	7%	R\$ 311	16%	ND
		Nº prof.: 404 Nº alunos: 12120		Nº pessoas beneficiadas: 34.000 professores		ND
e. Outras atividades testes e pesquisas, representação dos interesses dos consumidores e disseminação de informação e orientação (ver descrição no Relatório de Atividades)		R\$ 3.029	77%	R\$ 4.782	81%	ND
		0		Obs.: R\$ 2.235 = quitação de empréstimo FINEP		ND
Valores totais		R\$ 3.921	100%	R\$ 5.813	98%	R\$ 0
6 - Outros indicadores		2005		2004		metas 2006
Nº total de alunos(as)		NA		NA		NA
Nº de alunos(as) com bolsas integrais		NA		NA		NA
Valor total das bolsas integrais		NA		NA		NA
Nº de alunos(as) com bolsas parciais		NA		NA		NA
Valor total das bolsas parciais		NA		NA		NA

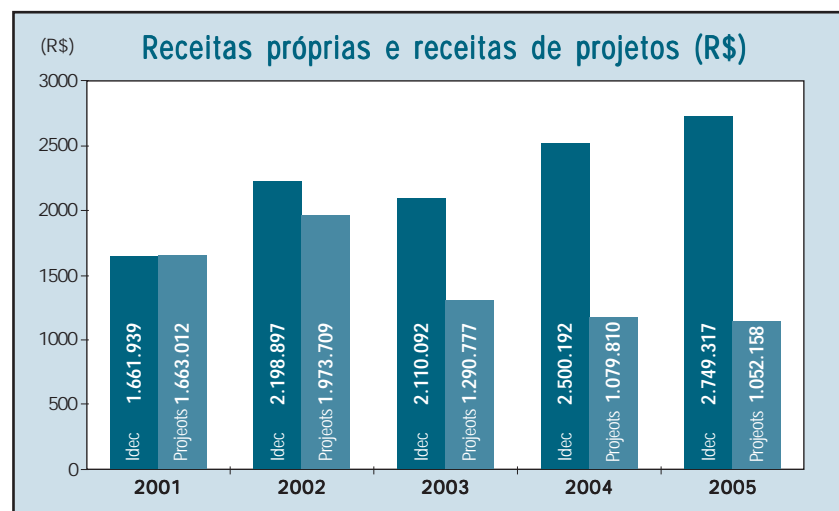
7 - Indicadores sobre o corpo funcional	2005	2004	metas 2006
Nº total de empregados(as) ao final do período	71	64	ND
Nº de admissões durante o período	27	38	ND
Nº de prestadores(as) de serviço	13	15	ND
% de empregados(as) acima de 45 anos	17,00%	17,00%	ND
Nº de mulheres que trabalham na instituição	53	48	ND
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	62,00%	67,00%	ND
Idade média das mulheres em cargos de chefia	37	39	ND
Salário médio das mulheres	R\$ 1.866	R\$ 1.712	ND
Idade média dos homens em cargos de chefia	45	45	ND
Salário médio dos homens	R\$ 2.215	R\$ 2.035	ND
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	9	9	ND
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	8,30%	7,70%	ND
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	22	35	ND
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$ 868	R\$ 731	ND
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	50	47	ND
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$ 2.328	R\$ 2.085	ND
Nº de estagiários(as)	14	17	ND
Nº de voluntários(as)	0	0	ND
Nº portadores(as) necessidades especiais	0	0	ND
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R\$ 0	R\$ 0	ND
8 - Qualificação do corpo funcional	2005	2004	metas 2006
Nº total de docentes	0	0	NA
Nº de doutores(as)	0	0	NA
Nº de mestres(as)	0	0	NA
Nº de especializados(as)	0	0	NA
Nº de graduados(as)	0	0	NA
Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo	71	64	ND
Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores)	5	3	ND
Nº de graduados(as)	33	30	ND
Nº de graduandos(as)	17	16	ND
Nº de pessoas com ensino médio	13	12	ND
Nº de pessoas com ensino fundamental	1	2	ND
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	2	1	ND
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	ND
9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2005	metas 2006	
Relação entre a maior e a menor remuneração	9,2	9,3	
O processo de admissão de empregados(as) é:	% por indicação 100% por seleção/concurso	% por indicação 100% por seleção/concurso	
A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	
A organização desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre alunos(as) e/ou beneficiários(as)?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual <input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais <input type="checkbox"/>	
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	
A participação de empregados(as) no planejamento da instituição:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	
Os processos eleitorais democráticos para escolha dos coordenadores(as) e diretores(as) da organização:	<input checked="" type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	<input checked="" type="checkbox"/> não ocorrem <input type="checkbox"/> ocorrem regularmente <input type="checkbox"/> ocorrem somente p/cargos intermediários	
A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de:	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem	<input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input type="checkbox"/> experimentação animal/vivissecação <input type="checkbox"/> não tem	

Administração e finanças

O Idec continuou em 2005 o desenvolvimento do **PLANO DE AUTO-SUSTENTABILIDADE**, cuja implantação começou em janeiro de 2004. As principais atividades nesse período foram:

- Busca da melhoria na qualidade de produtos e serviços;
- Finalização da adequação das áreas estratégicas, como atendimento (aumentamos o número de atendentes), site e revista;
- Melhoria na comunicação e relacionamento com os associados;
- Finalização da implantação do novo sistema de gerenciamento de dados;
- Consolidação da nova estrutura organizacional e continuidade do processo de capacitação em gestão, inclusive com a criação de uma área de Recursos Humanos e do **Círculo de Controle da Qualidade – CCQ** –, que trata prioritariamente da identificação e encaminhamento dos problemas dos associados e assinantes da revista.

Demonstrativo financeiro



Convênios

Projetos encerrados	Apoio
Seminário: Água e os Consumidores	DPDC/MJ
Difusão de informação e apoio educativo sobre o tema consumo sustentável	MMA/PARceria FUTURA
O consumidor e as políticas públicas no Brasil	Fundação FORD
2ª edição do Consumo Sustentável, Manual de Ed	MMA
“Fortalecimento das Ongs e Consumidores da América Latina, nos processos de normalização”	Consumers International

Projetos em andamento	Apoio
O consumidor e as políticas no Brasil (continuidade)	Fundação FORD
Irradiação de alimentos	Public Citizen
O Consumidor e a Responsabilidade Social Corporativa (continuidade)	AVINA
Women’s Health, Reproductive Rights and Consumer Protection	Macarthur
Institutional Consolidation and Self-sustainability	Novib
Campanha de Educação para o consumo sustentável nas escolas	FDD/MJ
Criação e divulgação da cartilha sobre medicamentos	CREMESP
Criação e divulgação da cartilha “O erro médico na Justiça”	CREMESP
Suporte para desenvolvimento institucional – ações de MKT	Colston Warne
Estudo sobre o café no Brasil	Consumers International
“Serviços de Telefonia no Brasil – Evolução das Condições de Acesso e perspectivas a partir de 2005”	Consumers International
Comércio Internacional	Consumers International



www.idec.org.br